

Rota do Pará S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Demonstrações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
31 de Março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

ROTA DO PARÁ S.A.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A concessionária Rota do Pará foi estabelecida em agosto de 2023 com o objetivo de operar trechos do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará. A concessão abrange as rodovias PA-150, PA-475, PA-252, PA-151, PA-483 e a Alça Viária, totalizando uma extensão de 526,4 km, e percorrendo 12 municípios ao longo do trajeto.

A Concessão, conforme o Edital de Concessão nº 001/2023, é responsável pela prestação dos serviços públicos relacionados à recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implementação de melhorias, ampliação da capacidade, gestão de segurança rodoviária, exploração da infraestrutura e garantia do nível de serviço nos trechos de rodovias do Estado do Pará. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, iniciando-se a partir da assinatura do Termo de Transferência dos Trechos do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará, realizada em 1º de agosto de 2024.

Desde agosto de 2023, a empresa encontra-se em fase pré-operacional, recebendo os aportes necessários e trabalhando para cumprir os pré-requisitos estabelecidos no Contrato de Concessão.

A concessionária Rota do Pará S.A., até a data de referência 31 de março de 2025, possui como acionistas as empresas listadas no quadro a seguir:



2. Informação da Companhia

2.1 Gestão de Pessoas

A Rota do Pará concluiu o primeiro trimestre de 2025 com um efetivo de 53 colaboradores diretos. Ao longo do contrato de concessão, estima-se a criação de 527 empregos diretos e 790 empregos indiretos.

2.2 Atendimento ao usuário

A Rota do Pará faz a prestação de serviço em atendimento ao usuário com a disponibilização de 2 pontos de apoio, localizados em Moju e Goianésia, 2 ambulâncias com equipes compostas por 3 profissionais cada (operando 24 horas por dia), 1 ambulância reserva, 2 guinchos leves (24h), 2 guinchos pesados (24h) e uma equipe de Inspeção. Esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia.

Durante o período de 1º de janeiro a 31 de março de 2025, foram atendidas 380 ocorrências, sendo 101 sinistros e 279 incidentes.

Em atendimentos a incidentes estão inclusos: 18 remoções de animais da rodovia, 86 atendimentos a veículos com pane, 51 monitoramentos de faixa de domínio, 3 apoios de combate a incêndios em faixa de domínio, 16 recolhimentos de objetos na pista, 19 atendimentos clínicos, 4 retiradas de árvore caídas sobre faixa de rolamento, 5 monitoramentos de manifestações com bloqueio de pista e 178 outros diversos.

Os 101 atendimentos de sinistros incluem: 43 colisões, 3 capotamentos, 24 saídas de pista, 31 tombamentos.

Nessas operações emergenciais, em atendimento as vítimas, tivemos: 0 vítimas sem ferimentos, 29 vítimas feridas (leve, moderado e grave) e 7 óbitos.

3. Governança

A Concessionária Rota do Pará S.A. é uma sociedade anônima constituída por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE). A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta por duas entidades principais: o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por 4 (quatro) Conselheiros e seus respectivos suplentes, incluindo 1 (um) Presidente do Conselho de Administração. Todos os membros têm mandato unificado de 2 (dois) anos, com possibilidade de reeleição, sendo eleitos pela Assembleia Geral, conforme disposto no Acordo de Acionistas.

A Diretoria Executiva é responsável pela representação da Companhia. Ela será composta por, no mínimo, 2 (dois) Diretores e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, incluindo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Engenharia e Planejamento. Todos os Diretores terão mandato unificado de 2 (dois) anos, com possibilidade de reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração, conforme o Acordo de Acionistas.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Rota do Pará S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rota do Pará S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

- a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia é uma concessionária de serviços públicos e, devido a isso, suas demonstrações financeiras intermediárias devem também contemplar as interpretações técnicas contidas no ICPC 01 (R1) “Contratos de Concessão”, equivalente ao IFRIC 12. Entretanto, a Companhia ainda não concluiu essas análises que contempla, dentre outros temas a: i) definição da margem de construção e o respectivo registro do custo e receita de construção; e ii) análise das eventuais obrigações de investimento definido no contrato de concessão. Conseqüentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos, sobre os possíveis efeitos desse assunto nas demonstrações financeiras intermediárias.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

- b) Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.b) às demonstrações financeiras intermediárias, a Administração da Companhia identificou erros de exercícios anteriores, referentes a i) receitas financeiras não capitalizadas no seu ativo intangível no montante total de R\$7.761 mil; ii) reclassificação de adiantamento a fornecedores anteriormente classificado no ativo não circulante para o ativo intangível no montante de R\$9.199 mil; iii) despesas de juros sobre as debêntures não reconhecidos no montante total de R\$8.012 mil; e iv) reclassificação de saldos anteriormente classificado como caixa e equivalentes para aplicação financeira do circulante e não circulante no montante de R\$233.821 mil, os quais foram registrados diretamente no patrimônio líquido como “Ajustes de exercícios anteriores” em 1º de janeiro de 2025. Contudo, a Administração da Companhia não efetuou a reapresentação desse erro de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme o disposto no item 43 do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8; e nos requerimentos do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 1.

Como consequência, considerando os valores mensurados pela Companhia, para os quais não foram aplicados os requerimentos de apresentação e divulgação conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, relativos ao saldo do ativo intangível, adiantamento a fornecedores, debêntures e patrimônio líquido não são comparáveis. Dessa forma, nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias inclui modificação devido a não comparabilidade dos valores do período corrente e dos valores correspondentes. Adicionalmente, esses ajustes não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias

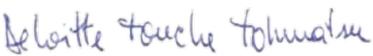
Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados tópico “Base para conclusão com ressalvas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2024 não foram revisados por nós nem por outros auditores independentes. A auditoria dos valores correspondentes relativos ao saldo de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria com data de 31 de março de 2025, sem ressalvas.

Fortaleza, 16 de junho de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

ROTA DO PARÁ S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	31/03/25	31/12/24	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/03/25	31/12/24
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.097	330.782	Fornecedores	7	2.292	5.325
Aplicações Financeiras	5	70.000	-	Debêntures	9	24.668	-
Adiantamentos a fornecedores		486	9.553	Obrigações tributárias		1.471	774
Tributos a recuperar		1.849	1.162	Obrigações sociais e trabalhistas		671	342
Despesas antecipadas		765	1.336	Total do passivo circulante		29.101	6.441
Total do ativo circulante		129.197	342.833				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras	5	177.671	-	Debêntures	9	400.000	400.000
Despesas antecipadas		389	389	Total do passivo não circulante		400.000	400.000
Imobilizado		481	260	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	6	137.681	94.247	Capital social	10	30.001	30.001
Total do ativo não circulante		316.222	94.896	Lucro (prejuízo) acumulados		(13.684)	1.288
				Total do passivo não circulante		16.317	31.289
TOTAL DO ATIVO		445.418	437.729	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		445.418	437.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ROTA DO PARÁ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	31/03/2025	31/03/2024 (Não revisado)
RECEITA DE CONSTRUÇÃO		42.134	-
CUSTO DE CONSTRUÇÃO		<u>(42.134)</u>	<u>-</u>
Lucro Bruto		<u>-</u>	<u>-</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	11	(2.313)	-
Gerais e administrativas	11	(2.644)	(388)
Despesas imposto e taxas	11	(899)	(4)
Depreciação e amortização	11	<u>(156)</u>	<u>-</u>
		<u>(6.012)</u>	<u>(391)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		-	119
Despesas financeiras		<u>(46)</u>	<u>(6)</u>
		<u>(46)</u>	<u>113</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(6.057)</u>	<u>(278)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(1.153)	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(7.211)</u>	<u>(278)</u>
Ações em circulação no final do período		30.000.834	30.000.834
Prejuízo básico e diluído por ação (em Reais)		(0,0002)	(0,0000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ROTA DO PARÁ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
		(Não revisado)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(7.211)	(278)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(7.211)</u>	<u>(278)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ROTA DO PARÁ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		17.050	2.933	(916)	19.067
Prejuízo do período		-	-	(278)	(278)
Integralização do AFAC		2.933	(2.933)	-	-
Integralização de Capital Social		9.198	-	-	-
EM 31 DE MARÇO DE 2024 (Não revisado)		<u>29.181</u>	<u>-</u>	<u>(1.194)</u>	<u>18.789</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025		30.001	-	1.288	31.289
Ajuste de exercícios anteriores	3.b)	-	-	(7.761)	(7.761)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025		<u>30.001</u>	<u>-</u>	<u>(6.473)</u>	<u>23.528</u>
Prejuízo do período		-	-	(7.211)	(7.211)
EM 31 DE MARÇO DE 2025		<u>30.001</u>	<u>-</u>	<u>(13.684)</u>	<u>16.317</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ROTA DO PARÁ S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	31/03/2025	31/03/2024 (Não revisado)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(7.211)	(278)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	157	230
		<u>(7.054)</u>	<u>(48)</u>
(Aumento) redução de ativos:			
Despesas antecipadas		571	-
Tributos a recuperar		(687)	-
Adiantamentos a Fornecedor		(131)	-
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores		(3.033)	(113)
Obrigações trabalhistas		328	(4)
Obrigações tributárias		697	(7)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(9.309)</u>	<u>(171)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações financeiras		(247.671)	-
Adições ao imobilizado		(239)	(759)
Adições ao intangível	6 & 17	(17.466)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(265.376)</u>	<u>(759)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital		-	9.198
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	9.198
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(274.686)</u>	<u>8.268</u>
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no início do período		330.782	2.154
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no final do período		56.097	10.423
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(274.685)</u>	<u>8.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ROTA DO PARÁ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rota do Pará S.A. (“Companhia”) é uma sociedade que tem por objeto social, específico e exclusivo, a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, gestão da segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço de trechos do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará, objeto de “Contrato de Concessão” oriundo da Concorrência N° 05/2022, celebrado com o Governo do Estado do Pará (respectivamente, “Poder Concedente” e “Contrato de Concessão”)

Está registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 51.715.500/0001-40, com Inscrição de Registro de Empresas (NIRE) nº 15300021049 com data de abertura em agosto de 2023. A Companhia está sediada na Cidade de Belém (PA), sendo a matriz na sede à Travessa Quintino Bocaiuva, nº2.301, sala 1.702 - Cremação - Belém/PA.

Desde agosto de 2023, a Companhia mantém em fase pré-operacional, recebendo os aportes e buscando atender os pré-requisitos conforme definido no Contrato de Concessão, que tem como objeto a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, gestão da segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço de trechos de rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará, por um prazo de 30 anos

As obras iniciaram em agosto de 2024 e o início da operação está prevista para Junho de 2025.

A emissão dessas informações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de junho de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB” e o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais consolidadas do Grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, serviços.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os valores foram arredondados para Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis críticas aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2024, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

b) Ajuste de exercícios anteriores

Em 2025, Companhia identificou ajustes imputados à exercícios anteriores e reconheceu esses ajustes na data de 1º de janeiro de 2025 com efeito diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de exercícios, referentes à: i) receitas financeiras não capitalizadas no seu ativo intangível no montante de R\$7.761; ii) reclassificação de adiantamento a fornecedores anteriormente classificado separadamente no ativo circulante para o ativo intangível no montante de R\$9.199; iii) despesas de juros sobre as debêntures não reconhecidos no intangível no montante total de R\$8.012; iv) reclassificação de caixa e equivalentes para aplicação financeira no montante de 233.821 mil. Os impactos no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido da Companhia estão demonstrados abaixo:

Balancos patrimoniais

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Ajuste</u>		<u>01/01/2025</u>
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes	330.782	(233.821)	(iv)	96.961
Aplicações financeiras	-	90.000	(iv)	90.000
Adiantamentos a fornecedores	9.553	(9.199)	(ii)	354
Total do ativo circulante	<u>342.833</u>	<u>(153.020)</u>		<u>189.813</u>
NÃO CIRCULANTES				
Aplicações financeiras	-	143.821	(iv)	143.821
Intangível	94.247	9.450	(i) (ii) (iii)	103.697
Total do ativo não circulante	<u>94.896</u>	<u>153.271</u>		<u>248.167</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>437.729</u>	<u>251</u>		<u>437.980</u>

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Ajuste</u>		<u>01/01/2025</u>
PASSIVOS CIRCULANTES				
Debêntures	-	8.012	(iii)	8.012
Total do passivo circulante	6.441	8.012		14.453
Total do passivo não circulante	400.000	-		400.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	30.001	-		30.001
Lucros/prejuízos (-) acumulados	1.288	(7.761)	(i)	(6.473)
Total patrimônio líquido	31.289	(7.761)		23.528
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	437.729	251		437.980

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

	<u>Capital social</u>	<u>Lucos (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	30.001	1.288	31.289
Ajuste de exercícios anteriores	-	(7.761)	(7.761)
Saldo em 1º de janeiro de 2025	30.001	(6.473)	23.528

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	5	5
Aplicação financeira	56.092	330.777
Caixa e equivalentes de caixa	56.097	330.782

O montante de R\$56.092, registrados na Rubrica “Aplicações financeiras”, cujo rendimento médio foi de 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2025 (2024, 102%) com liquidez imediata .

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fundos de Investimento	247.671	-
	247.671	-
Circulante	70.000	-
Não Circulante	177.671	-

As aplicações financeiras em 31 de março de 2025 foram remuneradas a taxas que variam de 102% a 107% (102% em 2024) do CDI e possuem vencimentos posteriores a 90 dias da data de contratação. A liberação. Os recursos, serão liberados nos termos do cronograma financeiro previsto no contrato de cessão fiduciária, após a avaliação do orçamento para o “Completion” do Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão).

6. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Infraestrutura em construção	116.043	83.730
Outorga	10.130	10.447
Software	70	70
Adiantamento a fornecedores	11.438	-
	<u>137.681</u>	<u>137.681</u>

Movimentação do Ativo intangível

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2025</u>
Infraestrutura em construção	83.730	(32.134)	(51)	116.043
Outorga	10.217	-	(87)	10.130
Software	70	-	-	70
Adiantamento a fornecedores	-	11.438	-	11.438
	<u>94.247</u>	<u>43.572</u>	<u>(138)</u>	<u>137.681</u>

(*) Contém juros capitalizados no montante de R\$24.668 e receita financeira no montante de R\$9.467.

6.1. Ativo de Concessão em Desenvolvimento

Refere-se aos investimentos realizados pelo concessionário durante a fase de construção ou desenvolvimento do ativo objeto da concessão. Esse ativo é reconhecido quando o concessionário executa obras ou melhorias que aumentam o potencial de serviços do bem.

O valor é mensurado pelo custo incorrido, incluindo despesas diretas e indiretas relacionadas ao desenvolvimento do projeto. Após a conclusão, o ativo é reclassificado para a categoria de Ativo de Concessão em Operação. Adiantamento de fornecedores e ativo de concessão em desenvolvimento referem-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis.

6.2. Investimento em Infraestrutura e Estudo da Concessão

Compreende os gastos realizados para a concepção, planejamento e estudos técnicos necessários para a implementação do projeto de concessão. Esses investimentos são capitalizados como ativos intangíveis, desde que atendam aos critérios de reconhecimento, como a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros e a possibilidade de mensuração confiável do custo.

6.3. Outorga

Representa o direito concedido ao concessionário para explorar o serviço público ou utilizar o ativo da concessão. Esse direito é reconhecido como um ativo intangível e mensurado pelo valor pago para obtenção da outorga ou pelo valor justo, caso tenha sido adquirido por meio de troca não monetária. A amortização ocorre ao longo do prazo do contrato de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos esperados.

6.4. Software

Refere-se aos sistemas de software adquiridos ou desenvolvidos para suportar a operação e gestão da concessão. Esses ativos são amortizados de forma linear ao longo da sua vida útil, que pode ser determinada pela duração do contrato ou pelo período de utilização do software. O reconhecimento e a mensuração seguem as normas contábeis aplicáveis a ativos intangíveis, considerando os custos de aquisição ou desenvolvimento

7. FORNECEDORES

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores diversos	2.292	5.325
	<u>2.292</u>	<u>5.325</u>

A conta de fornecedores é composta por obrigações decorrentes da aquisição a prazo de insumos, serviços, imobilizado e outros gastos.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ (i)	846	-
CSLL (i)	307	-
ISS	100	530
Outros	218	244
	<u>1.471</u>	<u>774</u>

(i) Os impostos de IRPJ e CSLL se referem as receitas sobre aplicação financeira;

(ii) Os impostos IRRF e CRF são impostos retidos dos serviços tomados.

9. DEBÊNTURES

Debêntures	Encargos incidentes (a.a.%) 31/03/2025 e 31/12/2024	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
1ª emissão	(i)	424.668	400.000
		<u>424.668</u>	<u>400.000</u>
Circulante		24.668	-
Não circulante		400.000	400.000

(i) Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros a serem definidos no Procedimento de “Bookbuilding”, correspondentes a, no máximo, o maior entre: (a) 8,20% ao ano; (b) a taxa interna de retorno do Título Públicos Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais com vencimento em 15 de agosto de 2032, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras intermediárias pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos.

Cláusulas de vencimento antecipado (“Covenants”)

As debêntures estão sujeitas a vencimento antecipado mediante a ocorrência de eventos específicos, detalhados em contratos, abaixo apresentamos os principais “covenants” financeiros e não financeiros.

(i) “Covenants” Financeiro: até a primeira apuração do índice de cobertura do serviço da dívida, não manutenção, pela Emissora, da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, conforme verificado anualmente, igual ou inferior a (i) 2,5x (dois inteiros e cinquenta centésimos) conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou revisadas por Auditor Independente registrado na CVM referentes ao exercício social encerrado em 2025; e (ii) 2,0x (dois inteiros), conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou revisadas por Auditor Independente registrado na CVM referentes aos exercícios sociais subsequentes;

- (ii) “Covenants” Financeiro: Após conclusão do “completion” do projeto o patrimônio líquido dividido pelo ativo total esteja maior ou igual a 25% (vinte e cinco por cento), conforme apurado com base nos valores relativos aos últimos 12 (doze) meses constantes das demonstrações financeiras da Companhia.
- (iii) “Covenant” Financeiro: não atingimento, pela Companhia, do índice de cobertura da dívida, medido numa base anual, igual ou superior a 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), a primeira apuração ocorrerá, após o término do período de carência de amortização, com base nas demonstrações financeiras 2029;
- (iv) “Covenants” não financeiros: manutenção da Conta Reserva e da Conta Pagamento esteja integralmente preenchidas com seus respectivos saldos mínimos.
- (v) “Covenants” não financeiros: caso os custos de obra e despesas de investimento e capital do Projeto superem o valor projetado em montante superior a 5% (cinco por cento) em comparação ao cronograma físico-financeiro previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme apresentado para satisfação das condições precedentes para primeira Data de Integralização das Debêntures, exceto se for realizado aporte adicional de capital pela(s) acionista(s) da Companhia, na forma de subscrição e integralização de novas ações da Emissora, em moeda corrente, em montante no mínimo equivalente ao sobrecusto apurado, em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do relatório do Engenheiro Independente em que o sobrecusto foi identificado e aferido

Em 31 de março de 2025, nenhum dos itens relacionados em contrato, que pudessem ensejar em liquidação antecipada, foram constatados.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/03/2025	31/12/2024
2026 até 2028	-	-
A partir de 2029	400.000	400.000
	<u>400.000</u>	<u>400.000</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Capital social em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$30.000 divididos em 30.000.834 ações no valor nominal unitário de R\$1 (um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado.

Acionistas	Quantidade de quotas	Participação
OCI Investimentos Ltda.	750.027.785	25%
Conata Engenharia S.A.	750.027.785	25%
Infracon Engenharia e Comercio Ltda.	750.027.785	25%
Vetor Participações e Concessões Ltda.	750.027.785	25%
Total de ações	<u>3.000.111.140</u>	<u>100%</u>

b) Lucro por ação

Resultado por ação	Básico e diluído	
	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia (em milhares de R\$)	(7.211)	(278)
Quantidade média ponderada de ações emitidas	<u>30.000.834</u>	<u>30.000.834</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,0002)</u>	<u>(0,0000)</u>

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. Para o período apresentado não houve instrumentos financeiros com efeitos diluidores; por isso, o lucro básico e diluído por ação possui o mesmo valor.

11. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Serviços Pessoa Jurídica	(1.873)	(388)
Material de consumo	(647)	-
Despesas com pessoal	(1.180)	-
Aluguéis imóveis e veículos	(297)	-
Amortização e depreciação	(157)	-
Seguros	(573)	-
Serviço de informática	(40)	-
Viagens e estadias	(96)	-
Combustível e lubrificante	(140)	-
Impostos e taxas	(899)	(4)
Outras Despesas Gerais	(110)	-
	<u>(6.012)</u>	<u>(391)</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Rendimento de aplicação financeira	-	119
Total receita financeira	-	119
Despesas bancárias	(1)	-
Juros empréstimos bancários e terceiros	(10)	-
Juros e Multas	(35)	(6)
Total Despesa Financeira	(46)	(6)
Resultado financeiro	<u>(46)</u>	<u>(113)</u>

13. PASSIVOS CONTINGENTES

Até a data de 31 de março de 2025 a companhia não possui passivos contingentes ou processos de perda provável, que exijam a provisão contábil, tanto quanto possíveis que necessitem sua divulgação.

14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia considera como pessoas chave da Administração os membros da Diretoria executiva e outros executivos que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Administração	189	-
Total remuneração da Administração	<u>189</u>	<u>-</u>

15. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Gestão de capital

A Companhia encontra-se em fase de mobilização, com contrato de longo prazo firmado, e fluxo de caixa satisfatório para os próximos anos.

A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, dentre eles, o principal aplicado é o monitoramento do endividamento, apurado através da divisão de dívida líquida pelo LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

A dívida líquida é apurada pela dívida bruta excluindo as debêntures deduzida da posição de caixa e equivalente de caixa e o LAJIDA é calculado pelo lucro operacional antes do resultado financeiro deduzido da variação do valor justo reconhecido e adicionada exaustão do produto vendido.

b) Gestão de riscos climáticos e da natureza

Eventos climáticos extremos podem impactar a infraestrutura rodoviária, gerando riscos operacionais e financeiros. A gestão desses riscos visa reduzir os impactos negativos por meio de estratégias preventivas e medidas corretivas, tais como: contratação de seguros patrimoniais e operacionais para mitigar impactos financeiros e investimento em tecnologia para monitoramento de infraestrutura viária, visando reduzir o impacto de fenômenos naturais na operação.

c) Categoria de instrumentos financeiros

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo por meio do resultado:		
Caixa e bancos	56.097	330.782
Aplicações financeiras	247.671	-
Custo amortizado		
Fornecedores	2.292	5.325
Debêntures	424.668	400.000

Valor justo

A administração entende que os saldos de balanço de seus empréstimos e financiamentos se aproximam dos seus valores justos, principalmente por se tratarem, em sua maioria, de modalidades de créditos específicas para o setor de atuação da Companhia. A Administração entende ainda que os demais instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras e fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

A Administração da Companhia é responsável pela gestão, garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado e risco de liquidez.

d) Gerenciamento de riscos financeiros

i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado e pode ser segregado em: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de *commodities*.

Risco de taxa de juros

A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis, as quais, atualmente, estão indexadas, substancialmente, à CDI e IPCA.

Risco cambial

A Companhia não mantém operação no mercado externo portanto não está exposta a mudanças de cotação de moeda estrangeira.

ii) Risco de liquidez

A Companhia monitora constantemente o risco de insuficiência de recursos, gerenciando seu capital por meio de um processo contínuo de planejamento de liquidez. Esse acompanhamento garante a disponibilidade de recursos financeiros necessários para cumprir suas obrigações, especialmente aquelas relacionadas aos financiamentos contratados com instituições financeiras.

16. SEGUROS (NÃO REVISADO)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

17. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	<u>31/03/25</u>	<u>31/03/24</u>
Adiantamento a fornecedores	9.199	-
Juros capitalizados	24.668	-
Receitas financeiras capitalizadas	7.761	-

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia não estava adimplente com algumas cláusulas de vencimento antecipado do seu contrato de debêntures, dentre elas i) não envio das demonstrações financeiras completas e auditadas da Fiadora Pessoa Jurídica OCC Construções e Participações S.A. no prazo previsto; ii) da não entrega, pela Emissora ao Agente Fiduciário, das DFs 1T25, bem como da não publicação, na página da Emissora na Internet e na página da CVM na Internet, das DFs 1T25; iii) contratação do Swap pela Emissora sem a prévia aprovação dos Debenturistas; iv) comunicação intempestiva, por parte da Emissora, ao Agente Fiduciário, sobre (1) a rescisão dos Contratos de Construção Rescindidos; e (2) a celebração dos Novos Contratos de Construção. No dia 10 de junho de 2025 foi celebrada uma Assembleia Geral dos Titulares das Debêntures que deliberou a respeito da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.